

## **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE MURIAÉ.**

No dia vinte e cinco do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e onze minutos, foi realizada uma reunião ordinária presencial na sede da Secretaria do Meio Ambiente, no Horto Florestal. Seguem os membros do Conselho que participaram da presente reunião: Sr. Mauro Francisco de Aquino, Secretário Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente, representando a presidência do Conselho; Sr. Sergio Vilhena Vieira, representando a vice-presidência do Conselho; Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi, representando o IEF; João Pedro Gardoni Gonçalves Lazzaroni, representando a OAB; Sra. Arielle Canedo Campos, representando a IRACAMBI; Sr. João Carlos Santos Areias, representando a AMERP; Sr. Matheus Henrique Santos, representando o corpo de Bombeiros; Sr. David de Souza Aguiar, representando o CREA-MG; Sra. Fabrine Odete da Costa Reis, representando a Secretaria Municipal de Saúde; Sr. Rogerio Loures Moreira, representando o DEMSUR; Sr. Frederico de Melo Machado, representando a Secretaria Municipal de Obras Públicas e; Sr. Roberio de Oliveira Torres, representando a EMATER-MG. Iniciando a reunião, Sr. Douglas Castro, cumprimentou os membros presentes, e deu início a pauta sobre as solicitações de supressões, cujo parecer técnico foi enviado aos membros via e-mail e WhatsApp. O primeiro processo referente ao Boletim de Ocorrência nº 120/2024, refere-se à solicitação do corte de uma Albizia. Em vistoria realizada pela Defesa Civil, foi constatado pelos agentes a existência de uma árvore (Albizia) de grande porte com aproximadamente onze metros de altura próximo ao talude de corte, com inclinação acentuada, lesões antigas com aspectos de feridas, também identificaram galhos adjacentes ao imóvel da solicitante que leva risco de rotura e queda para os transeuntes. Há de salientar que o mesmo se classifica como alto risco pois encontra-se próximo à residência e em uma área de circulação tornando o dano potencial mais grave. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma árvore de grande porte em situação compatível com o descrito no Boletim de Ocorrência da Defesa Civil. Considerando os riscos avaliados, a câmara técnica foi favorável à supressão da árvore, condicionados ao plantio de 2 árvores em zona urbana, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 035606/2024 refere-se à solicitação do corte de uma Mangueira. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram árvores frutíferas exóticas em terreno particular. Considerando a necessidade de intervenções no solo para fazer o levantamento topográfico mais preciso e posterior edificação. A câmara técnica votou pelo deferimento da solicitação, ficando a aprovação do projeto futuro condicionada à compensação ambiental de acordo com o disposto na Lei Municipal 6164/2021. Além de compensação pecuniária imediata de 5 UPFM. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 35635/2024 refere-se à solicitação do corte de uma Palmeira. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram uma palmeira em médio porte aos fundos do imóvel da solicitante, levemente inclinado em direção ao imóvel. Considerando que a árvore é exótica em propriedade particular, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação de supressão da palmeira, condicionado ao plantio de 2 árvores em zona urbana, ou depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 035740/2024 refere-se à solicitação do corte de duas Mangueiras e um Tamarindo. Durante a vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente observaram, no quintal dos fundos do imóvel, duas mangueiras de grande porte. Essas árvores frutíferas exóticas são

45 incompatíveis com o espaço disponível, pois seus galhos se estendem sobre os telhados dos imóveis  
46 vizinhos. Devido ao fato de serem árvores frutíferas exóticas em área particular e de porte inadequado,  
47 a câmara técnica recomenda a remoção dessas árvores, na frente do imóvel, há uma árvore de  
48 tamarindo de médio porte, cujos galhos estão em contato com os cabos de dados e de baixa tensão da  
49 rede de distribuição de energia. O tamarindo é conhecido por não ter uma copa adequada para podas  
50 de formação. Por esse motivo, a câmara técnica aprova a autorização para uma poda drástica do  
51 tamarindo. Portanto a câmara técnica foi favorável ao deferimento do pedido de supressão das  
52 mangueiras, e poda drástica da tamarindo, condicionado ao plantio de 4 árvores em zona urbana, ou  
53 o depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio  
54 Ambiente. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com  
55 a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 36224/2024 refere-se a solicitação de corte de um  
56 Oiti. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
57 verificaram um Oiti em médio, posicionado parte na calçada, parte na rua. Como o imóvel, incluindo  
58 calçada, foram reformados, não foi possível visualizar danos. Verificou-se também que o hidrômetro  
59 do imóvel está distante da árvore e que não há fiação de alta tensão daquele lado da rua. Considerando  
60 a justificativa apresentada, a câmara técnica concluiu que a poda de formação é o suficiente para  
61 deixar a árvore em porte mais harmonioso com o local. Portanto a câmara técnica foi favorável ao  
62 indeferimento do pedido. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica.  
63 O próximo processo nº 36232/2024 refere-se ao corte de uma Jaqueira e duas Mangueiras. Em vistoria  
64 no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram três árvores  
65 frutíferas exóticas em terreno particular. Uma de nome popular Jaqueira e duas mangueiras. As  
66 árvores estão em grande porte em terrenos inclinado, sendo duas delas (uma mangueira e a jaqueira)  
67 próximas ao imóvel. Se tratando de árvores frutíferas exóticas em terreno particular, a câmara técnica  
68 foi favorável ao deferimento da supressão, condicionado ao plantio de seis árvores em zona urbana, ou  
69 depósito do valor pecuniário proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio  
70 Ambiente. Os membros do CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com  
71 a condicionante estabelecida. O próximo processo nº 36284/2024 refere-se à solicitação de corte de um  
72 Oiti. Em vistoria no local, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente  
73 verificaram um Oiti em médio porte, plantado na rua, próximo à sarjeta, apresentando inclinação em  
74 direção à via de circulação de veículos. Devido a localização inadequada da árvore, corroborando com  
75 a justificativa apresentada, a câmara técnica foi favorável ao deferimento da solicitação de supressão  
76 do oiti, condicionado ao de duas árvores, em zona urbana, ou o depósito do valor pecuniário  
77 proporcional ao número de árvores no Fundo Municipal do Meio Ambiente. Os membros do  
78 CODEMA foram favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida.  
79 Sr. Frederico de Melo Machado se absteve da votação do processo nº 35740/2024. Finalizando os  
80 processos enviados aos membros anteriormente, Sr, Douglas Barbosa de Castro apresentou o processo  
81 nº 36513/2024 requerido pela Prefeitura Municipal de Muriaé que refere ao corte de um Angico  
82 Branco, oito Leucenas e duas touceiras de bambús, O Angico localizado no bairro Primavera, e as oito  
83 Leucenas e as duas touceiras de bambus no João XXIII. Tendo como justificativa no Primavera uma  
84 poda drástica de Angico Branco na área verde aos fundos do imóvel devido ao porte e histórico de  
85 quebra de galhos e tombamento em direção ao imóvel. A árvore está em grande porte e teve de ser  
86 amarrada para evitar sua queda em direção ao imóvel. E no João XXIII, aos fundos do imóvel 466 da  
87 rua Paulino Cândido Magalhães, confrontante com área verde, existe cerca de oito leucenas próximas  
88 ao imóvel e cerca de seis touceiras de bambu espalhadas por toda a área. As leucenas e as 2 touceiras  
89 de bambu estão próximas ao imóvel, em grande porte, que com a incidência de ventos se flexionam em  
90 direção ao imóvel chegando a tocar os muros. Em vistoria na área verde entre os bairros Primavera e  
91 Alto do Castelo, os técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente verificaram  
92 situação condizente com a descrita na justificativa, sendo favorável à poda drástica do angico. Em

93 vistoria na área verde do João XXIII, também se verificou situação condizendo com a descrita na  
94 justificativa, sendo a câmara técnica favorável à supressão das oito leucenas e das duas touceiras de  
95 bambu, sendo elas as que estão mais próximas do imóvel 466 da rua Paulino Cândido Magalhães, bem  
96 como a touceira situada próxima ao muro de divisa com o vizinho lateral. Condicionados ao plantio  
97 de vinte mudas em área urbana que será realizada pela Prefeitura. Os membros do CODEMA foram  
98 favoráveis ao parecer da câmara técnica de acordo com a condicionante estabelecida. Finalizando esta  
99 pauta, O Sr. Victor Garcia Pinto, fiscal de atividades urbanas e Meio Ambiente apresentou os recursos  
100 de auto de infração. Sendo o primeiro recurso de auto de infração 019/2024 de COMERCIAL 3C  
101 LTDA. Foi apresentada a síntese dos fatos: onde houve denúncia de poda drástica em três árvores na  
102 calçada em frente ao empreendimento Comercial 3C LTDA (Rua Dr. Mário Inácio Carneiro, 735);  
103 vem vistoria constatou a infração denunciada; encaminhou-se o Auto de Infração 019/2024 no valor  
104 de R\$ 455,40. O Responsável pelo empreendimento autuado apresentou recurso via Processo  
105 032876/2024, apresentando sua defesa, argumentando que *“(...) os galhos estavam em contato direto*  
106 *com a fiação do poste, o que vem trazendo prejuízos para nós (...), como queda de energia, luz e internet*  
107 *(...), risco de acidentes elétricos envolvendo pedestre e motoristas, problemas de saúde, como infecções e*  
108 *pragas (...)* Além disso, (...) a poda não foi feita em sua totalidade, ou seja, as árvores voltarão a crescer  
109 normalmente em breve”. Diante dos fatos expostos, o parecer desta secretaria é pelo indeferimento do  
110 recurso, mantendo o valor da multa, já que a Lei 6164/2021 estabelece que a realização de uma poda  
111 excessiva demanda a aprovação prévia desta secretaria e do CODEMA, por meio da abertura de um  
112 processo administrativo. Todos os membros de acordo com o parecer técnico da Secretaria, pelo  
113 indeferimento do recurso. O próximo recurso de auto de infração 106/2024 de Espólio de Olavo Luiz  
114 Breijão. Foi apresentada a síntese dos fatos: o setor de meio ambiente recebeu diversas denúncias de  
115 queimadas em terrenos, incluindo no bairro São Francisco; focos simultâneos de fumaça densa nos  
116 arredores do antigo PREMEN; dentre os locais autuados, um terreno na Rua Quinze de Novembro,  
117 ao lado do nº4; foi lavrado o Auto de Infração 106/2024 no valor de R\$ 1978,20. O Responsável  
118 apresentou recurso via Processo 036223/2024, apresentando sua defesa. Ele alega que *reside em*  
119 *Vieiras/MG, a, aproximadamente, 50 KM de distância daqui, e não possui residência em Muriaé.*  
120 *Acrescenta que o documento de autuação não descreve a inscrição municipal do terreno atingido pelo*  
121 *fogo e argumenta que a responsabilidade do imóvel é do proprietário; porém, não atrai a responsabilidade*  
122 *administrativa de seu dono, já que não foi o praticante da queima.* A defesa encerra apontando que *o*  
123 *cometimento de delito não pode ser imputado diretamente pela autoridade fiscalizadora por simples*  
124 *presunção quanto da ausência de flagrante delito (não estava no local nem comprova sua intenção em*  
125 *infringir a lei ambiental). Trata-se de uma conduta praticada por terceiro.* Sua defesa solicita a anulação  
126 ou a revisão do valor da autuação. Diante dos fatos expostos, o parecer desta secretaria é pelo  
127 indeferimento do recurso, mantendo o valor da multa. Todos os membros de acordo com o parecer  
128 técnico da Secretaria, pelo indeferimento do recurso. Sra. Thais de Andrade Batista Pereira Fittipaldi  
129 recomendou encaminhar a procuradoria do Município para auxílio jurídico e manter o parecer em  
130 conjunto, para a Secretaria se resguardar. Sr. Matheus Henrique Santos questionou sobre a limpeza  
131 dos terrenos, pois há locais em que só realizado a roçagem, e não é retirado a capina, e continua sendo  
132 foco, e se nesse caso ainda é passível de multa. Foi respondido que o correto e adequado é retirar a  
133 capina e fazer um Boletim de Ocorrência para se resguardar se algo acontecer. Finalizando esta pauta,  
134 Sr. Mauro iniciou o assunto sobre a apresentação de proposta do projeto “Adote uma praça” para a  
135 Lagoa da Gávea referente ao processo nº 26551/2023. O requerente trouxe na época como proposta  
136 fazer a manutenção da praça, colocação de bancos, gerenciamento dos lixos, e a colocação das placas,  
137 porém na época a Secretaria do Meio Ambiente solicitou a limpeza da lagoa (do entorno da lagoa), e  
138 os requerentes foram contrários a limpeza da lagoa, e solicitaram ao CODEMA se poderia aprovar o  
139 que foi proposto anteriormente, retirando a limpeza da lagoa. A câmara técnica foi favorável a  
140 solicitação, e os membros do CODEMA acompanharam a decisão da câmara técnica. Nada mais

141 havendo a se tratar, a reunião encerrou-se às nove horas e trinta e cinco minutos, sendo a presente ata  
 142 assinada por todos os membros do CODEMA.  
 143 \_\_\_\_\_  
 144 \_\_\_\_\_  
 145 \_\_\_\_\_  
 146 \_\_\_\_\_  
 147 \_\_\_\_\_  
 148 \_\_\_\_\_  
 149 \_\_\_\_\_  
 150 \_\_\_\_\_